

POLÍTICA OPERÁRIA

Governo aprova a BNCC do ensino médio. E agora?

O movimento estudantil precisa responder imediatamente com mobilização nas ruas, em defesa da revogação da reforma do ensino médio e da Base Nacional Comum Curricular.

O Conselho Nacional de Educação aprovou, em 4 de dezembro, a BNCC do ensino médio. Resta apenas a homologação pelo ministro da Educação. O golpista Michel Temer, juntamente com a equipe de transição comandada por Bolsonaro, vinha negociando uma forma de passar o projeto antes do novo governo assumir. Na prática, a Base deverá ser implementada até o início das aulas em 2022. O documento deixa várias questões pendentes, a exemplo do formato do ENEM, dos materiais didáticos, da alocação e formação dos professores, entre outras. Caberá às redes municipais, estaduais e federal aplicar a norma recém aprovada. Aos estudantes e trabalhadores, cabe impedir que seja aplicada, dado que constitui um ataque sem precedentes às condições de ensino.

A aprovação se deu após algumas audiências públicas nos estados terem sido canceladas, devido aos protestos contra a reforma do ensino médio e a BNCC, como em São Paulo e Pará. Essas manifestações, no entanto, mostraram-se limitadas. Era e continua sendo necessário aprofundar a radicalização do método de luta, com a generalização da ação direta, retomando as ocupações, greves e bloqueios de avenidas.

O governo se apoia cnicamente na percepção geral sobre a falência do ensino. Afinal, não há quem não veja a urgência de mudanças drásticas na educação brasileira. O ensino é completamente desvinculado da vida, memorístico, separa a teoria da prática e é embrutecedor, impedindo o livre desenvolvimento das capacidades físicas e intelectuais da juventude. Temer e Bolsonaro, assim, se aproveitam dessa constatação para aprofundar o sucateamento da educação, com o objetivo de favorecer os empresários ligados ao setor. Trata-se de um desdobramento da crise econômica que passa o país, a qual exige dos capitalistas que expandam seus negócios, avançando sobre o sistema estatal e acelerando o processo de privatização.

Em outras palavras, a reforma/BNCC não tem nada a ver com a necessidade de transformação do sistema de ensino. Faz parte do conjunto de medidas de corte de gastos, como a PEC do Teto, reforma trabalhista e lei da terceirização. Responde unicamente ao anseio da burguesia de preservar seus lucros em um contexto de declínio da economia. Por

trás da reforma, está a pressão dos banqueiros nacionais e internacionais, que exigem garantias de pagamento da gigantesca e extorsiva dívida pública, o que inclui cortar da saúde e educação, por exemplo.

É preciso denunciar amplamente as consequências negativas da reforma, como a demissão em massa de professores; exclusão de uma enorme parcela de jovens da escola, particularmente os estudantes trabalhadores, que dependem dos cursos noturnos (tendo em vista que se prevê a expansão da escola de tempo integral) e favorecimento do ensino privado, em detrimento do público.

É sintomático que, ao propor mudanças para “melhorar a qualidade” da educação, o governo não fale uma palavra sobre a valorização salarial dos docentes e funcionários e sobre a diminuição de alunos por sala, além de não dizer coisa alguma acerca da construção de escolas, melhoria da infraestrutura e aumento dos investimentos. Nada disso. Pelo contrário, é evidente o “enxugamento do currículo”. O texto aprovado pelo Conselho determina que 60% da carga horária da etapa seja dedicada aos conteúdos da Base, ficando os 40% restantes com os “itinerários formativos”, distribuídos ao longo do período, em um ano, dois ou três. Obrigatórias serão somente as disciplinas de Português e Matemática.

Como se vê, não há o que comemorar na aprovação da Base. A tarefa que se coloca é a de organizar a luta desde já. Para isso, a Corrente Proletária Secundarista defende:

- 1) Que os sindicatos e entidades do movimento estudantil convoquem assembleias para organizar a resistência e abandonem a via da pressão parlamentar, que de nada tem servido para a juventude oprimida;*
- 2) Que o combate a reforma do ensino médio seja parte da luta contra as reformas de Temer/Bolsonaro (trabalhista, terceirização, previdência, Lei do Teto);*
- 3) Que se levante a bandeira de ensino público, gratuito, laico, vinculado a produção social e sob o controle dos que estudam e trabalham;*
- 4) Que seja parte desta campanha a defesa da juventude: emprego e escola para todos os jovens!*

Ensino a distância aprovado: avança a precarização e a privatização da educação

A reforma do ensino médio foi imposta por uma medida provisória, em 2016. No ano seguinte, foi a vez a BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Agora, como vimos, a BNCC do Ensino Médio também foi aprovada. Um pouco antes, em novembro, foi aprovado o documento com as novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio e, com elas, o ensino a distância na educação básica.

A partir do ano que vem, os estados poderão implantar parte do ensino médio a distância, da seguinte forma: até 20% no ensino médio diurno, até 30% no ensino médio noturno e até 80% na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O ensino médio a distância é mais um ataque contra a juventude pobre e explorada, precariza ainda mais a escola pública. O ensino a distância serve aos interesses dos grandes capitalistas da educação, que enxergam o nível básico, ainda majoritariamente público/gratuito, como um imenso mercado a ser explorado.

Vão lucrar com os cursos, vídeo-aulas, plataformas virtuais etc., que serão criados e oferecidos justamente por aqueles que estão promovendo a reforma do ensino médio: Fundação

Lemann, Itaú Unibanco, Instituto Ayrton Senna etc. Grandes grupos editoriais, como a Kroton, SOMOS, Moderna, FTD etc. também vão lucrar e muito com os materiais didáticos, comprados com dinheiro público.

Dessa forma, avança a privatização da educação pública, ideia que parece muito atraente para o governo que está se formando, de Bolsonaro, mas que resultará num enorme retrocesso para os milhões de jovens que não possuem condições de pagar e serão excluídos do direito elementar à educação. Outra consequência direta das novas medidas governamentais para a educação é a diminuição do número de aulas e, portanto, fechamento de turnos e escolas, trazendo demissão de professores.

A Corrente Proletária Secundarista vem denunciando a farsa do ensino a distância, como um mecanismo de aprofundamento do sucateamento e mercantilização da educação. Agora, com a aprovação das novas Diretrizes Curriculares, deve-se ampliar a denúncia, mas, sobretudo, torna-se ainda mais urgente a construção de um movimento amplo e unitário para impedir a sua aplicação. A luta deve ser pela revogação da medida!

ESTÁ FORMADO O COMITÊ DE LUTA CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO EM SÃO PAULO

Agora é preciso passar das palavras à ação: lutemos contra a imposição do obscurantismo religioso! Derrotemos a censura, a mordida e a delação! Viva a liberdade de expressão, de ensino, de manifestação e de organização! Em defesa do ensino científico, laico, vinculado à produção social e controlado por quem estuda e trabalha!

No dia 6 de dezembro, no sindicato dos professores do estado de São Paulo (Apeoesp), foi formado o “comitê de luta por uma educação sem censura”. Trata-se de uma frente que reúne diversas entidades da educação e tem a função de organizar a luta contra o projeto de lei Escola Sem Partido (ESP).

Este projeto, se aprovado, permitirá o avanço do obscurantismo religioso, em oposição ao caráter científico e laico da educação, além de abrir caminho para a intensificação da perseguição e repressão à vanguarda de estudantes, funcionários e professores que tem se mobilizado para defender a escola pública, como ocorreu com as ocupações em 2015 e 2016 e com as greves docentes dos últimos anos.

As igrejas querem fazer crer que teria supostamente se estabelecido na educação brasileira o domínio da dita “cultura marxista”, voltada a suprimir os ensinamentos religiosos, a retirar da família a educação dos filhos e a contaminar o ensino público com a pregação do aborto, do homossexualismo, do antirracismo, das ideias materialistas e evolucionistas.

É próprio do pensamento reacionário colocar no mesmo balaio o nacionalismo, reformismo, comunismo, socialdemocracia, marxismo etc. É bem de seu interesse confundir a realidade com elucubrações, ficções e, sobre-

tudo, falsificações.

A reunião de formação do comitê se deu, inclusive, poucos dias após a divulgação da escolha do futuro ministro da educação, Ricardo Vélez Rodríguez, ditado pelas igrejas evangélicas, com o objetivo expresso de impor ao País as autoritárias determinações do ESP. Seu nome foi imposto depois do veto dos religiosos à indicação do liberal Mozart Neves, do Instituto Ayrton Senna. Bolsonaro se curvou diante

da intimidação dos partidários do ESP. Sua vitória eleitoral dependeu do aparato das igrejas evangélicas, precisará da “bancada da bíblia” para conseguir a maioria no Congresso Nacional.

A Corrente Proletária na Educação esteve presente na reunião e apontou a necessidade de não isolar a luta contra o ESP. Ao contrário, será preciso vincular essa luta com o enfrentamento

às outras reformas antinacionais e antipopulares de Temer, que terão continuidade no governo Bolsonaro.

As entidades docentes e estudantis devem convocar suas assembleias e organizar o combate. Nada de passividade! Nada de esperar passar o período de férias! É preciso erguer a mobilização a partir das reivindicações mais sentidas da juventude e dos trabalhadores, de defesa dos empregos, salários e condições de vida, utilizando o método da ação direta (greves, ocupações, passeatas etc.).

A Corrente Proletária na Educação apontou a necessidade de não isolar a luta contra o ESP. Ao contrário, será preciso vincular essa luta com o enfrentamento às outras reformas antinacionais e antipopulares
